

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ Nº 17.441.197/0001-05 - Carta Patente nº A-70/241 - Rua da Bahia, 1004 - 13º andar - Belo Horizonte - MG							
Relatório da Administração 30 de Junho de 2020							
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, da Economisa Companhia Hipotecária de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diante da Pandemia de Covid-19, agravada em março de 2020, a Economisa Companhia Hipotecária enviou os maiores esforços para limitar a necessidade de trabalho presencial, adotando estratégias para minimizar a exposição de colaboradores e clientes ao contágio e de forma a manter sua atividade econômica em igual nível percebido anteriormente ao período de contingência. De forma ágil, foi implementado e disponibilizado o acesso remoto aos sistemas necessários para a condução das atividades a todos os colaboradores. As atividades exercidas de forma presencial seguiram rigoroso cumprimento dos protocolos de segurança emanados pelas autoridades. Em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Coronavírus, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho do primeiro semestre de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia. Em consequência do desaquecimento da economia e do ambiente desinflacionário, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de				juros. A redução da taxa Selic teve consequência na receita financeira decorrente da menor rentabilidade das aplicações e da receita dos Títulos e Valores Mobiliários; Também em decorrência da Covid houve impacto nas operações de crédito que ocasionaram uma maior retomada de bens que estavam em garantia dos financiamentos. Em 26/06/2020 a Economisa firmou com a União o 8º contrato de novação de Dívida de créditos oriundos do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), e espera, ainda neste ano, firmar outros 2 contratos de novação com a União. A administração da Economisa está buscando se adaptar a este período, e espera, para o segundo semestre, uma recuperação de suas receitas de modo a melhorar o seu desempenho. Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, da Economisa Companhia Hipotecária de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Belo Horizonte, 30 de Junho de 2020 Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente Ivair Pereira de Souza - Diretor Alvaro Cagnoni - Diretor			
Balanço Patrimonial (Milhares de Reais)							
Ativo				Passivo			
	Nota	30.06.2020	31.12.2019		Nota	30.06.2020	31.12.2019
Circulante		32.685	34.968	Circulante		14.735	15.283
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23	34	Instrumentos Financeiros		13.587	13.987
Instrumentos Financeiros		32.662	34.937	Obrigações por Repasses	9	13.587	13.987
Títulos e Valores Mobiliários	5	28.121	31.762				
Operações de Crédito	4	328	245	Outras Obrigações	8	1.148	1.296
Provisões para Perdas Esperadas				Fiscais e Previdenciárias		117	182
Associadas ao Risco de Crédito	4	(94)	(217)	Provisão por Pagamentos a Efetuar		448	534
Outros Ativos Financeiros		4.307	3.347	Credores Diversos no País		583	580
Outros Valores e Bens		4.307	3.347				
Não Circulante		219.232	216.083	Não Circulante		208.691	207.228
Realizável a Longo Prazo		218.696	215.535	Instrumentos Financeiros		185.244	182.371
Instrumentos Financeiros		218.696	215.535	Obrigações por Repasses	9	185.244	182.371
Relações Interfinanceiras-FCVS	6	213.804	210.212	Outras Obrigações	8	23.446	24.857
Operações de Crédito		4.489	5.129				
Provisões para Perdas Esperadas				Patrimônio Líquido		28.491	28.741
Associadas ao Risco de Crédito		(1.775)	(1.737)				
Outros Ativos Financeiros		2.176	1.931	Capital		21.500	21.500
Outros Créditos		2.176	1.931	Reservas de Lucros		6.991	7.241
Imobilizado de Uso	7	2.159	2.162	Reserva Legal		551	551
Depreciações Acumuladas		(1.623)	(1.614)	Reserva Especial de Lucro		6.440	6.690
Total do Ativo		251.917	251.252	Total do Passivo		251.917	251.252

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019 (Milhares de Reais)					
	Capital Realizado	Reserva de Lucros Legal	Reserva Especial de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Período
Saldos em 31.12.2018	21.500	521	6.105	0	28.126
Lucro do 1º Semestre de 2019				298	298
Destinações:					
Reversão de Dividendos				161	161
Constituição de Reserva Legal		15		(15)	
Dividendos Estatutários				(71)	(71)
De Lucros para Reserva Especial			373	(373)	
Saldos em 30.06.2019	21.500	536	6.478	0	28.514
Saldos em 31.12.2019	21.500	551	6.690	0	28.741
Prejuízo do 1º Semestre de 2020				(250)	(250)
Saldos em 30.06.2020	21.500	551	6.690	(250)	28.491

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em Junho de 2020 e de 2019

1. Contexto Operacional

A Economisa Companhia Hipotecária é uma Sociedade Anônima de Capital fechado, que tem por objetivo social proporcionar amparo financeiro e creditício a operações imobiliárias, praticando as operações ativas permitidas às Companhias Hipotecárias.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações, quando aplicável às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da ECONOMISA estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da circular nº 3.959/19 do BACEN. Os Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.935/19 do BACEN. Como consequência, as nomenclaturas e/ou os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

De Ativo	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação 31/12/2019
Disponibilidades		34	(34)	
Outros Créditos	Caixa e Equivalentes de caixa Outros Instrumentos Financeiros	- 1.916	34 (1.916)	34
Outros Valores e Bens	Outros Instrumentos Financeiros	3.362	(3.362)	
Imobilizado de Uso		546	3.362 (546)	3.362
	Imobilizado de Uso Depreciações Acumuladas		2.162 (1.614)	2.162 (1.614)
Total Passivo		5.858		5.858
Obrigações por Repasses	Instrumentos Financeiros – Obrigações por Repasses	13.987	(13.987) 13.987	13.987
Total Demonstração dos Fluxos de Caixa		13.987	-	13.987
De Aumento (diminuição) nas Operações de Crédito	Para	Publicado em 30/06/2019	Reclassificações	Reapresentação 30/06/2019
	Aumento (diminuição) nas operações de Crédito Aumento (diminuição) nas provisões p/ perdas esperadas em operações de crédito	427	(427) 759	759
Total		427	(332) -	(332) 427

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas obedeceram ao regime de competência, incluindo as receitas e despesas relativas aos ativos e passivos.

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 - Os Ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pró rata die”), auferidos. Para os Financiamentos Imobiliários, além dos valores de realização, também são considerados os rendimentos e variações monetárias, representados pelo valor dos financiamentos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros, calculados com base em índices contratuais. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. (Nota 04).

3.3 - O Permanente é demonstrado aos custos de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, às seguintes taxas anuais: Edificações, 4%; Móveis e Utensílios, 10%; Veículos e Equipamentos de Processamento de Dados, 20%.

3.4 - O Passivo é demonstrado pelos valores devidos, já incluídos os encargos e as variações monetárias, entre os quais a Provisão para Imposto de Renda constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional específico e feitas as opções permitidas, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%.

3.5 - A partir de 2002, por força das Circulares 3.068 de 08.11.01 e 3.082 de 30.01.02, ambas do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras passaram a adotar novos critérios de avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários, assim sumariados: (i) Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos para negociação ajustados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para a venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento - “ajuste a valor de mercado”, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido;

3.6 - A redução da taxa Selic teve consequência na receita financeira decorrente da menor rentabilidade das aplicações e da receita dos Títulos e Valores Mobiliários. Também em decorrência da Covid houve impacto nas operações de crédito que ocasionaram uma maior retomada de bens que estavam em garantia dos financiamentos. Em 26/06/2020 a Economisa firmou com a União o 8º contrato de novação de Dívida de créditos oriundos do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), e espera, ainda neste ano, firmar outros 2 contratos de novação com a União. A administração da Economisa está buscando se adaptar a este período, e espera, para o segundo semestre, uma recuperação de suas receitas de modo a melhorar o seu desempenho.

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, da Economisa Companhia Hipotecária de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Belo Horizonte, 30 de Junho de 2020
Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente
Ivair Pereira de Souza - Diretor
Alvaro Cagnoni - Diretor

Demonstração do Resultado para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019 (Milhares de Reais)		
	Sem. Fin. 30.06.2020	Sem. Fin. 30.06.2019
Receita da Intermediação Financeira	5.276	5.992
Operações de Crédito/Créditos SFH	4.045	3.670
Resultado de Op. c/Tít.val. Mobiliários ...	1.215	2.084
Rendas de Prestação de Serviços	16	238
Despesas da Intermediação Financeira	(2.874)	(2.755)
Operações por Emp. Ctes. e Repasses	(2.874)	(2.755)
Resultado Bruto da Interm. Financeira	2.402	3.237
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.732)	(2.979)
Despesas de Pessoal	(417)	(458)
Outras Despesas Administrativas	(3.487)	(4.157)
Despesas Tributárias	(156)	(213)
Outras Receitas Operacionais	1.373	1.975
Outras Despesas Operacionais	(45)	(126)
Resultado Operacional	(330)	258
Resultado Não Operacional	80	183
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	(250)	441
Imposto de Renda	0	(102)
Contribuição Social	0	(41)
Lucro Líquido do Período	(250)	298
Lucro por Lote de Mil Ações em R\$	0,00	0,35

Demonstração do Resultado Abrangente dos Semestres de 2020 e 2019		
	(250)	298
Lucro Líquido do Período	(250)	298
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	(250)	298
6. F.C.V.S. – Com Opção pela Novação		
	Semestres Findos em	
	30.06.2020	31.12.2019
F.C.V.S. marcados com RCV e Auditado ...	194.047	191.948
F.C.V.S. em processo de validação	19.757	18.264
Líquido	213.804	210.212

Refere-se a créditos relativos a habilitações de saldos residuais de mutuários que liquidaram ou foram beneficiados por dispositivos legais com a liquidação antecipada de suas dívidas.

FCVS marcados com RCV e auditados no valor de R\$194.047 estão direcionados para amortização de dívida junto ao FGTS no valor de R\$ 185.245 (nota 9), conforme contrato de constituição e segregação de garantias, datado de 27/05/2002 e seu aditivo de 16/11/2007.

7. Imobilizado de Uso

	Semestres Findos em	
	30.06.2020	31.12.2019
Imóveis de Uso – Edificações	830	830
Móveis e utensílios	811	811
Sistema de Comunicação/Proc. de Dados ...	518	519
Sub – Total	2.159	2.162
Depreciação acumulada	(1.623)	(1.614)
Total	536	546

8. Outras Obrigações

Referentes a encargos retidos ou provisionados para recolhimento nos exercícios seguintes.

9. Obrigações por Empréstimo e Repasses

9.1 - Dívidas –FGTS

9.1.1 - As obrigações junto ao FGTS (CAIXA) no valor de R\$185.245 no exercício findo em junho de 2020 e de 2019 no valor de R\$ 179.542, decorrem de Contrato de Consolidação de Dívida firmado em 30 de março de 1994, e posteriores aditamentos.

9.1.2 – Juros remuneratórios de 3,12% a.a. e atualização monetária pelo índice da poupança.

9.2 – Repasses PSH – PMCMV

Em junho de 2020 o valor de subsídios a liberar do Programa Social da Habitação- PSH e do Programa Minha Casa Minha Vida é de R\$13.587 e em junho de 2019 no valor de R\$ 13.987.

10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC 25 e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas – não reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião dos assessores jurídicos e da Administração for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas e os de perdas remota não são mencionados.

11. Capital Social

No período, houve crescimento de 2,19% no Patrimônio Líquido da empresa e o seu Capital Social integralizado, é representado por 745.000 ações, sem valor nominal, sendo 745.000 ordinárias, nominativas, sem valor nominal, registradas em nome de acionistas domiciliados no País.

12. Transações com partes Relacionadas (Diretas e Indiretas)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	
Aos Administradores e Acionistas da ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECARIA	
Opinião	
Examinamos as demonstrações contábeis da ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor	
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis	
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	

Demonstração de Fluxo de Caixa Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019 (Milhares de Reais)		
	Sem. Fin. 30.06.2020	Sem. Fin. 30.06.2019
A - Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício ..	(250)	298
Depreciação e Amortização	9	10
Lucro Líquido Ajustado	(241)	308
B - Variação de Ativos e Obrigações		
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	3.641	1.057
Redução (Aumento) de Relações Interfinanceiras – FCVS	(3.592)	(3.119)
Redução (Aumento) em Oper. de Crédito	557	759
Redução (Aumento) Provisão p/ Perdas Esperadas em Operações de Crédito	(85)	(332)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	3.085	(207)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(4.292)	(937)
Aumento (Redução) em Out. Obrigações	(1.560)	(50)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(2.487)	(2.421)
C - Fluxo de Caixa da Atividade de Investimentos	3	0
Baixas de Imobilizado de Uso	3	0
D - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	2.473	(2.288)
Redução Dividendos Provisionados	0	(71)
Aumento Reversão de Dividendos	0	161
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos	(2.473)	(2.378)
E - Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11)	(43)
Modificações na Posição Financeira		
No Início do Período	34	61
No Fim do Período	23	18
Variação	(11)	(43)

com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
Ativos/Passivos	Receitas/Despesas	
Despesas de Aluguel		
Ergon Serviços Financeiros Ltda	14.000	84.000
13. Gerenciamento de Riscos		
Risco Operacional		
A Gestão do Risco Operacional na Economisa é fundamentada na elaboração e implantação de normas e procedimentos baseados em metodologias de coleta e tratamento de dados históricos de perdas, buscando melhorar os sistemas de controles internos e a criação de um banco de vulnerabilidade. Em atendimento à Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Institucional para Gerenciamento do Risco Operacional.		
Os relatórios completos sobre a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e risco operacional estão disponíveis na sede da instituição.		
Risco de liquidez		
O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de a Instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.		
A Política de Liquidez implantada define os níveis mínimos de liquidez que a Organização deve manter, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise. O controle do risco de liquidez é realizado diariamente de forma independente pela tesouraria, com distribuição de relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Diretoria Executiva.		
Risco de mercado		
O risco de mercado consiste na possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de mercado, uma vez que a carteira ativa e passiva da Instituição pode apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.		
O processo de gerenciamento de risco de mercado na Economisa consiste num acompanhamento diário do mercado visando a proteção de suas posições.		
Risco Socioambiental		
O gerenciamento do risco socioambiental é orientado por matriz de risco dos clientes com exposição de crédito ou de obrigações junto a Economisa, que considera os fatores socioambientais aos quais o cliente está inserido, seu objeto social e atividades correlatas. As análises sobre as informações prestadas pelos clientes e as obtidas junto a órgãos governamentais fazem parte do processo para emissão de recomendação interna para suas decisões e procuram preservar a instituição em possível risco à sua reputação.		
Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente Ivair Pereira de Souza - Diretor Alvaro Cagnoni - Diretor Maria Elizabeth Segal Delarmelina - Contadora CRC MG 058248/O-0		

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2020.

Vaz & Maia Auditores Independentes	
CRCMG 503	
Antonio Hilario Maia	
Contador CRCMG 039.822	